



## CRISE HUMANITÁRIA E OS DESLOCAMENTOS INTERNOS POR CONFLITOS E DESASTRES SOB AS LENTES DO JORNALISMO HUMANITÁRIO E DE PAZ

Cilene Victor<sup>1</sup>  
Lilian Sanches<sup>2</sup>

**RESUMO:** Guerras, conflitos, mudanças climáticas, desastres e instabilidade política e econômica são as principais causas da crise humanitária que desafia as instituições sociais e políticas criadas para impedir a violação generalizada dos direitos humanos. Uma das principais consequências dessas ocorrências são as migrações forçadas, em especial, os deslocamentos internos provocados por desastres, cuja invisibilidade ou opacidade midiática contrasta com suas estatísticas e o sofrimento prolongado de suas vítimas. Este artigo propõe discutir em que medida o jornalismo humanitário e o de paz podem contribuir para retirar a temática da migração por desastres da opacidade, inibir a narrativa da “naturalização” e conferir visibilidade e discutibilidade necessárias para o enfrentamento do problema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo Humanitário. Jornalismo de Paz. Conflitos e guerras. Desastres. Mudanças Climáticas. Desastres e natureza.

**ABSTRACT:** Wars, conflicts, climate change, disasters and political and economic instability are the main causes of humanitarian crisis that challenges the social and political institutions created to prevent the widespread violation of human rights. One of the main consequences of these occurrences is forced migrations, in particular, internal displacement caused by disasters, whose invisibility or media opacity contrasts with its statistics and the prolonged suffering of its victims. This article aims to discuss the extent to which humanitarian and peace journalism can contribute to remove migration by disasters from opacity, inhibiting the “naturalization” narrative and providing the visibility and debate necessary to face the problem.

**KEYWORDS:** Humanitarian journalism. Peace journalism. Conflicts and wars. Disasters. Climate change. Disasters and nature.

---

<sup>1</sup> Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), onde é uma das líderes do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions. Professora da Faculdade Paulus de Comunicação (FAPCOM). Doutora em Saúde Pública (USP), com pós-doutorado em Planejamento e Gestão do Território (UFABC), e mestrado em Comunicação (UMESP).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4899-6287>

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com bolsa integral da CAPES. É especialista em Gestão de Conteúdo e graduada em Jornalismo (UMESP). Aluna de doutorado, regime especial, no Instituto de Psicologia Social da Universidade de São Paulo (USP).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5646-394X>

## **Migração forçada - estatísticas e luta por reconhecimento**

Nos últimos anos, as cenas das embarcações precárias à deriva no Mediterrâneo e as filas de migrantes caminhando pelas fronteiras terrestres têm sido manchete na imprensa ocidental e destaque nas mídias sociais. São imagens que representam o mundo marchando “entre a incerteza e a esperança”, como na metáfora da Babel que guia o diálogo entre Zygmunt Bauman e Ezio Mauro (2016) e materializa a apreensão da sociedade global diante das fissuras nas estruturas democráticas criadas e pensadas historicamente para impedir, inibir e combater acontecimentos que deixam seus rastros na materialização da crise humanitária.

Ao considerar um entendimento mais abrangente para o tema, faz-se necessário resgatar também o próprio conceito de crise e emergência humanitárias, relacionando-as com as situações decorrentes de desastres, associados ou não às mudanças climáticas, de guerras, conflitos e da incidência sincrônica do terrorismo. Para a ONU e os Estados-membros, a crise humanitária é definida como um evento ou uma série de eventos que representam uma ameaça crítica à saúde, segurança, proteção e ao bem-estar de uma comunidade ou de outro grande grupo de pessoas, geralmente em uma área ampla. Conflitos armados, epidemias, fome, desastres naturais e outras grandes emergências podem envolver ou levar a uma crise humanitária que se estenda além do mandato ou capacidade de qualquer agência. Emergência humanitária é uma crise em grande escala que destrói as vidas de indivíduos e comunidades e sobrecarrega sua capacidade de lidar com o problema (ONU, 2015 online. Tradução nossa).

O ex-secretário da ONU, Ban Ki-moon concentrou seus esforços em relação ao tema, enquanto esteve no cargo entre 2007 e 2017, para alertar as autoridades, a população e os líderes mundiais sobre a necessidade de enfrentar o que se transformou na maior crise humanitária desde o final da Segunda Guerra Mundial (VICTOR, 2016).

As crises humanitárias são, ainda, classificadas em três categorias distintas, de acordo com as definições da ONU:

1. Desastres naturais: terremotos, inundações, tempestades e erupções vulcânicas;

2. Desastres provocados pelo homem: conflitos, acidentes de avião e trem, incêndios e acidentes industriais;

3. Emergências complexas: quando os efeitos de uma série de eventos ou fatores impedem que uma comunidade acesse suas necessidades básicas, como água, comida, abrigo, segurança ou assistência médica. Caracterizando-se tipicamente por:

Violência extensiva e perda de vidas; Deslocamento de populações; Danos generalizados em sociedades e economias; A necessidade de assistência humanitária em grande escala e multifacetada; O impedimento ou a prevenção da assistência humanitária por restrições políticas e militares; Riscos significativos de segurança para os trabalhadores de assistência humanitária em algumas áreas. (ONU, 2015, online. Tradução nossa)

Nesse contexto, o fenômeno do terrorismo moderno (RAPOPORT, 2004), em suas manifestações agudas ou cíclicas, se enquadraria na modalidade de emergência complexa, podendo ser, ao mesmo tempo, causa e consequência. Os sociólogos nigerianos Al Chukwuma Okoli e Philip Iortyer consideram a atuação de organizações terroristas intrinsecamente relacionada às principais crises humanitárias da atualidade, ao passo que ou se aproveitam delas para expandir seu domínio territorial ou, inevitavelmente, atuam como desencadeadoras de "crises humanitárias terríveis com implicações de longo alcance para a sustentabilidade nacional" (OKOLI; IORTYER, 2014; p. 3).

País de concentração do Boko Haram, a Nigéria tem vivido uma das 10 crises humanitárias mais negligenciadas do mundo, de acordo com o relatório *Suffering in Silence*, da CARE International, uma das principais organizações humanitárias da atualidade, formada por uma confederação global com 14 membros. A entidade divulga o documento anualmente, evidenciando a indiferença da mídia frente a determinadas crises humanitárias. Em 2018, as 10 crises mais subestimadas pelos meios de comunicação foram Sudão, República Centro-Africana, Níger, Etiópia (deslocamento interno), Lago Chade (Camarões, Chade, Níger e Nigéria), Filipinas, República Democrática do Congo, Madagascar, Etiópia (fome) e Haiti.

Segundo os estudos de Okoli e Iortyer (2014, 2018), com exceção da Guerra Civil nigeriana (1967-1970), nenhum outro evento causou uma emergência complexa tão debilitante no país quanto a insurgência do Boko Haram com relação aos impactos

humanitários. Mesmo o Conflito no Delta do Níger (1999–2009) não se equipara com a insurgência do grupo terrorista na região, tornando a crise atual "historicamente notável e sem precedentes" (OKOLI; IORTYER, 2014).

Desde 2012, a Human Rights Watch aponta que a insurgência do Boko Haram criou um cenário de violação generalizada dos direitos humanos na Nigéria bem como permitiu a perpetração de crimes de guerra não apenas pelo grupo como também pelas forças estatais, que têm cometido abusos e assassinatos extrajudiciais. Dentre as ações dos terroristas, a entidade ressalta a conversão forçada ao Islã, ataques contra igrejas e mesquitas, assassinatos, tortura e perseguição de membros de outras religiões, além da matança sistematizada de mulheres, crianças e populações civis não combatentes (HUMAN RIGHTS WATCH, 2012).

Diante desse cenário, o número de deslocados internos aumentou vertiginosamente na Nigéria e tem se mantido elevado ao longo dos anos. O relatório do IDMC (2019) registrou mais de 540 mil novos deslocamentos na Nigéria devido a conflitos apenas em 2018, mais de 15 anos após o início das atividades do grupo no Norte do país, o que não sugere uma tendência de desaceleração consistente. A crescente onda de ações do Boko Haram tem sido amplamente responsável pelo aumento de deslocados internos, sendo que os “conflitos, crises étnico-religiosas e terrorismo emergente” já provaram seu potencial desencadeador de crises humanitárias não só no país africano como no mundo (ALKASSIM, 2013; p 10).

De acordo com os dados do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA), a projeção de pessoas que devem demandar ajuda humanitária, em 2020, decorrente de conflitos, guerras e desastres, é de 167,6 milhões, contra 166,5 milhões, em 2019. Do total esperado para 2020, 108,8 milhões são o principal alvo das ações humanitárias na área, com uma demanda de 28,8 bilhões de dólares. Ainda segundo o relatório, em 2019 a população-alvo era de 117,4 milhões e a arrecadação alcançou 54% do necessário. A UNOCHA acredita que a situação vai continuar se agravando, podendo registrar até 200 milhões de pessoas dependentes de ajuda humanitária até 2021, a não ser que as mudanças climáticas e as causas dos conflitos sejam melhor administrados (UNOCHA, 2020).

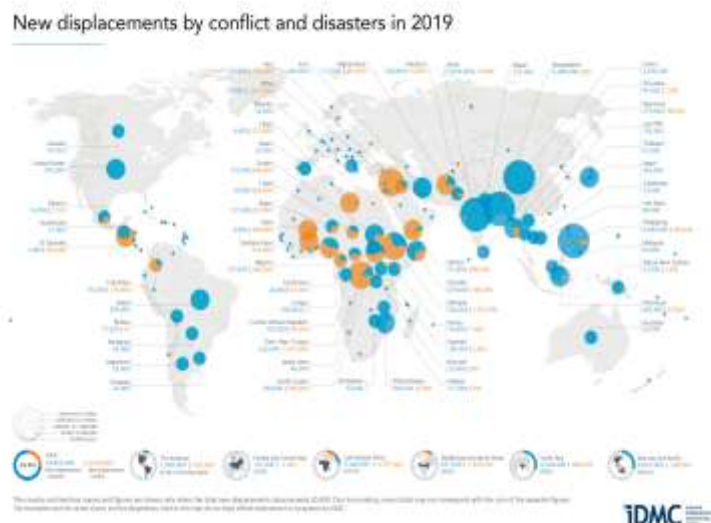
Após atingir uma das estatísticas mais constrangedoras da história recente, a migração em massa configura uma das faces mais complexas da crise humanitária que a ONU afirma ser a maior desde a sua criação, em 1945. No final de 2019, o número de pessoas deslocadas por conflitos, guerras, perseguições e violações dos direitos humanos chegou a 79,5 milhões, das quais 29,6 milhões eram refugiados, 4,2 milhões solicitantes de refúgio e 45,7 milhões deslocados internos. Estima-se que 40% desses 79,5 milhões sejam crianças menores de 18 anos, algo em torno de 30 a 34 milhões. E do total de 29,6 milhões de refugiados, que inclui 3,6 milhões de venezuelanos, 73% estão alojados nos países vizinhos aos seus de origem (UNHCR, 2020).

Somente em 2019, o Internal Displacement Monitoring Center (IDMC, 2020), detectou 33,4 milhões de novos deslocamentos internos associados a conflitos e desastres, atingindo 145 países e territórios. No panorama regional, a África Subsaariana e o MENA (sigla em inglês para a área que abrange Oriente Médio e Norte da África) registraram os maiores índices de deslocamento interno decorrentes de conflitos, 4,6 milhões e 2,6 milhões, respectivamente.

Deve-se salientar que diferentemente do imigrante, refugiado e solicitante de refúgio, que atravessam as fronteiras e buscam sobrevivência, amparo e segurança em outros países, na sua maioria vizinhos, as pessoas internamente deslocadas (IDP, na sigla em inglês usada na literatura da área) permanecem em seus territórios sob a dependência de resposta do mesmo Estado.

Em relação aos desastres, as maiores ocorrências foram registradas no continente asiático, com 9,6 milhões de novos deslocamentos no Leste, provocados por chuvas de monções, tufões e terremotos, 9,5 milhões no Sul do continente, decorrentes inundações, chuvas de monções e dos ciclones Fani e Bulbul. A segunda região com mais número de novos deslocamentos por desastres foi a África Subsaariana, com 3,4 milhões, decorrentes principalmente dos ciclones Idai e Kenneth. O continente americano registrou 1,5 milhão de novos deslocamentos por desastres, decorrentes sobretudo de inundações.

Figura 2 – Mapa dos novos deslocamentos internos por desastres e conflitos em 2019



Fonte: IDMC, 2020

Dos 33,4 milhões de novos deslocamentos em 2019, conflitos e violência responderam por 8,5 milhões, distribuídos em 50 países, enquanto que os desastres provocaram 24,9 milhões de deslocamentos internos, atingindo 140 países. Quanto ao deslocamento por conflitos, as estatísticas mais elevadas estão na Síria, com 1,8 milhão, República Democrática do Congo, com quase 1,7 milhão, Etiópia, 1 milhão, Burkina Faso, 513 mil e Afeganistão, com 461 mil. Todos os números são de novos deslocamentos, ou seja, apenas os registrados entre janeiro e dezembro de 2019.

A instabilidade política na Síria, seguida pela guerra civil e a ocupação territorial pelo Daesh<sup>3</sup> podem ser consideradas as principais causas da crise humanitária deflagrada no país, marcada pelos fluxos migratórios em massa da população em busca de refúgio e proteção humanitária para além das fronteiras. Estima-se que 5,6 milhões de sírios tiveram de abandonar o país desde o início da guerra, em 2011. Essa população está concentrada em três países vizinhos, Líbano, Jordânia e Turquia, que sozinha

<sup>3</sup> As autoras optaram por fazer referência ao grupo terrorista autointitulado Estado Islâmico pela sigla Daesh (al-Daula al-Islamiya al-Iraq wa Sham - Estado Islâmico do Iraque) por entender que o termo “Estado Islâmico” pode contribuir para a subrepresentação midiática do Islã, culminando com a islamofobia.

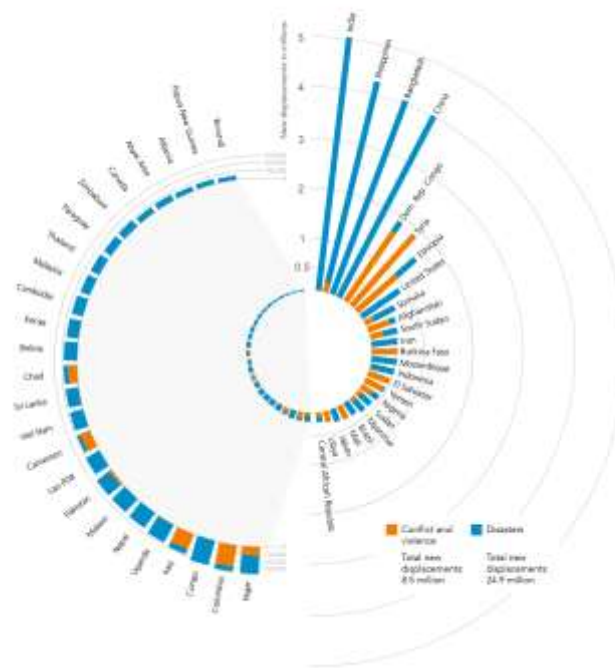
abriga 3,6 milhões de refugiados sírios (UNHCH, 2020). O número acumulado de pessoas forçadas a deixar suas casas ou cidades, mas que continuam dentro da Síria, como deslocadas internas, é de quase 6,5 milhões (IDMC, 2020).

Na República Democrática do Congo, conflitos e violência generalizada têm sido a principal causa dos deslocamentos forçados no país, desde o início da década de 1990. Em 2019, os novos deslocamentos, cerca de 1,7 milhão, resultaram no total acumulado de 5.5 milhões de pessoas internamente deslocadas no país (IDMC, 2020).

Ainda que a Colômbia não tenha registrado as estatísticas mais elevadas de novos deslocamentos em 2019, o número acumulado de pessoas internamente deslocadas por conflitos e violência, 5,6 milhões, ao longo das últimas cinco décadas, eleva o país para a segunda posição, atrás apenas da Síria (IDMC, 2020). A essa estatística, somam-se mais de 1,7 milhão de refugiados venezuelanos registrados no país até o final de 2019 (UNHCR, 2020).

Quanto aos desastres, aproximadamente 1.900 ocorrências resultaram em 24,9 milhões de novos deslocamentos. Segundo o IDMC, é a maior estatística registrada desde 2012 e três vezes o número de deslocamentos por conflitos e violência. Os cinco países em 2019 com o maior número de deslocamentos por desastres foram: Índia, com 5 milhões, Filipinas, Bangladesh e China, cada um com 4 milhões, e Estados Unidos, com 916 mil. No Brasil, mais de 500 desastres associados principalmente a inundações e escorregamentos de terra, além da seca e da erosão costeira, resultaram em 295 mil novos deslocamentos.

Figura 1: Os 50 países e territórios que mais registraram novos deslocamentos por desastres [azul] e conflitos [laranja], em 2019



Fonte: IDMC, 2020

Como apontado no relatório anual da CARE International, *Suffering in Silence*, mencionado anteriormente, e por outras agências atuantes na área, as crises humanitárias têm sido subestimadas pela grande imprensa, em decorrência da adoção de critérios de noticiabilidade que, segundo Pereira Junior (2001), surgem como resultado direto da superabundância de fatos e acontecimentos de interesse público. Significa dizer que as guerras, os conflitos e desastres, com seus desdobramentos e impactos na vida de milhões de pessoas em todo o mundo, concorrem com diversos outros acontecimentos.

A noticiabilidade, na visão de Traquina (2008, p.63), pode ser compreendida como o “conjunto de valores-notícia (newsworthiness) que determinam se um acontecimento ou assunto é suscetível de receber tratamento jornalístico e transformar-



se em matéria noticiável”. Sejam os valores-notícia elencados por Wolf (2009), como “importância do indivíduo, número de pessoas envolvidas, influência sobre o interesse nacional e relevância quanto à evolução futura”, sejam os organizados por Traquina (2005), amparados em três grupos de critérios, substanciais, contextuais e de construção, os padrões adotados tanto para filtrar o que será notícia, como o tratamento que a notícia receberá como enquadramento e narrativa, podem ajudar a explicar a invisibilidade ou opacidade das pautas relacionadas à crise humanitária, em especial aquelas relacionadas ao deslocamento forçado e, mais especificamente, aos deslocamentos internos provocados por desastres.

É necessário mover as perguntas que regem as pesquisas no campo do jornalismo sobre a importância da imprensa como esfera pública para conferir visibilidade e discutibilidade a temas dessa magnitude. O deslocamento da pergunta é preciso à medida que as respostas já têm se tornado conhecidas. Deve-se salientar que mover as perguntas não significa abandonar a busca de entendimento das razões que levam a mídia a não cobrir proporcionalmente o sofrimento humano em escala global. Por meio de levantamentos quantitativos e qualitativos, as respostas têm mostrado que as crises humanitárias internacionais não são totalmente invisíveis, midiaticamente, mas têm sido subdimensionadas, uma vez que são submetidas aos velhos critérios de noticiabilidade.

Sem anular a importância das pesquisas sobre os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia, na classificação de Traquina (2005), e a cultura profissional dos jornalistas com seus padrões de abordagem, fenômeno investigado no conceito de “comunidade interpretativa” de Zelizer (1993), novas perspectivas são fundamentais e urgentes. Nesse sentido, propomos um breve caminhar pelo jornalismo humanitário e de paz, observando em que medida eles podem configurar uma rota de fuga.

### **Jornalismo humanitário e de paz**

Guerras, conflitos armados e desastres são alguns dos acontecimentos que rompem com a normalidade de uma localidade ou região e, por sua vez, preenchem naturalmente os critérios de noticiabilidade adotados tradicionalmente pelo jornalismo em diversas partes do mundo, sobretudo no Ocidente.

No entanto, logo após o impacto inicial das notícias em tempo real, a importância desses temas, em particular, parece se esvaír do âmbito midiático (SHINAR, 2003), precisamente quando haveria oportunidade para o aprofundamento e a contextualização, duas condições necessárias para a formação da opinião pública. Esse processo sistemático e histórico, aliado à abordagem convencional das notícias produzidas em caráter emergencial pela imprensa tradicional, levanta questionamentos sobre a forma e a prática profissional na cobertura de temas que, na maioria das vezes, incorre em tensões e conflitos políticos. Há autores que propõem alternativas para as narrativas e retóricas do que se convencionou a chamar de jornalismo tradicional, a partir da introdução de conceitos como o jornalismo de paz (GALTUNG, KEMPF, SHINAR) e, mais recentemente, o jornalismo humanitário (SCOTT).

O termo jornalismo de paz foi cunhado na década de 1970 pelo sociólogo norueguês Johan Galtung com o intuito inicial de se opor à tendência da imprensa mundial de privilegiar a cobertura da guerra, polarizada entre vitória e derrota, violência e propaganda – em seu sentido marxista –, assim como também as causas promovidas pelas elites e *establishments*.

Com base em um modelo dicotômico, o autor correlacionou, em trabalhos posteriores (1998), a cobertura tradicional de conflitos na perspectiva do jornalismo esportivo, modelo no qual sempre haveriam vencedores e perdedores. Esse fenômeno também ficou popularmente conhecido como jornalismo de torcida, termo cunhado durante a Guerra do Iraque para se referir ao quase incondicional apoio da mídia estadunidense e, em menor escala, britânica e israelense, às ações de seus respectivos governos. Na contramão dessa tendência, o jornalismo de paz se assemelharia à cobertura da área da saúde, uma vez que as notícias acerca dessa temática não focam apenas na luta contra a doença, mas também, e frequentemente, informam causas, possíveis curas e medidas preventivas.

Em 2019, a passagem do ciclone Idai por Moçambique, Zimbábue e Malauí provocou cerca de mil mortes e elevou as estatísticas da população dependente de ajuda humanitária, com milhões de deslocados internos (UNOCHA, 2020). O desastre nos três países africanos, com 506 mil novos deslocamentos internos somente em Moçambique (IDMC, 2020), coincidiu com o incêndio na Catedral de Notre-Dame,

fomentando o jornalismo de torcida na era da sociedade em rede, com questionamentos nas mídias sociais sobre o fenômeno da indignação seletiva.

Informalmente, Galtung utiliza um modo simples para definir o conceito, defendendo que a prática pode ser alcançada se o jornalista fizer duas perguntas adicionais, além das que está acostumado: "sobre o que é o conflito e quais seriam as soluções?". Apesar da simplificação prática, o teórico desenvolveu um sistema comparativo para conceituar as características e diferenças que englobam o jornalismo de paz.

Quatro características principais definem o jornalismo de paz idealizado por Galtung, o foco na paz-conflito, verdade, pessoas e resolução. Ao longo do detalhamento proposto pelo sociólogo norueguês, o enfoque dado à necessidade de se incentivar a presença da polifonia no discurso midiático é recorrente, sendo mencionada em três dos quatro tópicos. Para o professor israelita-brasileiro Dov Shinar, essa necessidade se mantém atual, não havendo igualdade na cobertura de conflitos, apenas "uma exclusão que não é muito igualitária" (SHINAR, 2009; p. 12). Como exemplo, o professor de comunicação cita as guerras travadas no continente africano, comparáveis a fenômenos do holocausto, que, todavia, não são abordadas de forma pertinente pela imprensa internacional.

Apesar do ineditismo e influência em trabalhos posteriores, os conceitos que englobam a teoria de Galtung têm sido objeto de críticas ao longo dos anos. O questionamento apresentado sobre as dificuldades de aplicação da objetividade/imparcialidade, preceito estimado pelo jornalismo ocidental, tornou-se ponto crucial de divergência tanto no campo acadêmico, quanto profissional. Mesmo se apoiando nas fundações de Galtung, Shinar aponta ressalvas no que diz respeito à dicotomia entre a verdade e a propaganda, a premissa de que todo conflito pode ter uma resolução e a falta de base empírica para dar suporte à validação do método. "Não estou dizendo que pesquisas empíricas são a única fonte da verdade, da luz, mas é necessário que tenhamos alguma base [...] e também existem críticas sobre a metodologia do desenvolvimento do jornalismo de paz, que é pouco sistemática" (SHINAR, 2009; p. 7).

O autor argumenta ainda que as diretrizes para a aplicação do jornalismo de paz defendidas por Galtung possuem caráter ideológico radical, tendendo para o sectarismo

e dificultando a aceitação das propostas no meio profissional. O conceito, notadamente positivo, se perderia em meio ao *modus operandi* da abordagem quase "missionária" de "reeducação profissional" (SHINAR, 2011). O jornalismo de paz busca desconstruir paradigmas e dinâmicas cristalizadas na prática jornalística em toda sua complexidade social – um processo lento e especialmente árduo a se trilhar no caminho conceito/prática.

A despeito das críticas e por meio delas, Shinar (2009) considera que a dicotomia conceitual apresentada inicialmente por Galtung já teria evoluído para uma estrutura mais complexa, abarcando diversas estratégias realistas para aprimorar a representação midiática e a consciência crítica da opinião pública, sendo elas:

- Reenquadrar a compreensão sobre os conceitos de vitória e derrota;
- Identificar as relações travadas entre os múltiplos lados do conflito;
- Considerar o contexto e a necessidade de identificar uma ampla gama de stakeholders em ambos os lados diretamente relacionados ao confronto violento;
- Entender a distinção entre demandas estatais e objetivos implícitos;
- Identificar vozes que trabalham para encontrar soluções criativas e não violentas bem como formas de transformar e transcender as linhas do conflito. (SHINAR, 2009; p. 452. Tradução nossa)

O autor defende o reconhecimento do jornalismo de paz como técnica alternativa, processo vital para que os jornalistas passem a assumir responsabilidades transformativas em suas práticas profissionais. Para ele, o desafio proposto é conseguir realizar a cobertura dos conflitos com base nos valores de notícia e não apenas em termos políticos e comerciais, "o quadro não partidário dos que estão sofrendo e não aparecem tanto na mídia" (SHINAR, 2009; p. 9).

A ideologia primária do jornalismo de paz seria fomentar a pluralidade de opiniões a fim de expandir a visão crítica da opinião pública, um modo normativo de cobertura midiática responsável e consciente de conflitos “que visa contribuir para a construção e manutenção da paz, bem como para a mudança de atitude dos donos dos meios de comunicação, anunciantes, profissionais e da audiência no que diz respeito a guerra e paz” (SHINAR, 2007; p.2).

Dessa forma, Shinar considera os conflitos assimétricos um campo fértil para a atuação do jornalismo de paz. O conceito, originário das ciências militares, se refere a confrontos em que os oponentes possuem recursos disponíveis muito distintos no que concerne ao nível de organização, objetivos e recursos financeiros e bélicos. Na maioria das vezes, os conflitos assimétricos configuram uma forma de resistência a forças adversas desproporcionalmente mais fortes. Em meio a essa conjuntura, a influência midiática seria ainda mais incisiva, pois as elites também estariam envolvidas no conflito, o que resultaria em uma pressão popular e civil com consequências políticas importantes para as regiões afetadas. "Para a população que vota nos partidos da direita, votar é muito fácil, ser bombardeado, não. Outra razão são os resultados: quem ganhou a guerra entre Israel e o Hezbollah? Na guerra assimétrica, você nunca sabe quem ganhou. Por isso, parece que os conceitos de vitória são menos relevantes que o conceito de melhora" (SHINAR, 2009; p. 6).

Para o autor, esse tipo de circunstância pode abrir espaço e precedente para a influência do jornalismo de paz, o qual encontra sua relevância justamente na contribuição para a efetiva apresentação de assuntos de significância global. Shinar (2009) reforça o fato de as evidências empíricas sugerirem ainda que a adoção da prática do jornalismo de paz ajudaria a delinear o potencial global de impactos dos conflitos, chamando a atenção da opinião pública por meio de uma cobertura mais balanceada, além de estimular interpretações alternativas da realidade baseadas na reflexão crítica.

O professor e psicólogo austríaco Wilhelm Kempf corrobora com esse pensamento ao defender a contribuição do jornalismo de paz, mesmo em posição minoritária, para a construção de um discurso midiático sobre conflitos políticos mais transparente e balanceada. "Mesmo minoritariamente, [...] proteger a cobertura das armadilhas propagandistas nas quais a mídia tradicional cai de forma contínua. [...] Jornalismo de paz é um pré-requisito necessário do bom jornalismo" (KEMPF, 2007; p.1).

No entanto, apesar de não desprezar a atuação essencial do jornalismo e da mídia na construção social da realidade, o entendimento de Kempf se afasta da interpretação de demais críticos e apoiadores de Galtung acerca da participação ativa da

imprensa nos conflitos, o que acredita que “simplesmente não é função dos jornalistas”. Para o teórico, a demanda do jornalismo de paz chama os profissionais a assumirem a responsabilidade sobre como preenchem seu próprio papel social. “Estudar as condições e possibilidades sob as quais os jornalistas poderiam executar seus trabalhos melhor, mesmo na guerra ou em situações de crise, e proporcionar as competências necessárias: é assim que compreendemos o programa do jornalismo de paz” (KEMPF, 2007; p. 1).

A declaração da Unesco sobre os princípios da Comunicação de Massa, publicada em 1978, fundamenta essa ideia ao enfatizar a importante contribuição da "mídia de massa para fortalecer a paz e o entendimento internacional e contrapor o racismo, apartheid e o incitar das guerras" (1979; art. 3). O professor alemão Jörg Becker aponta ainda a presença de tais fundamentos em inúmeros códigos de ética de todo o mundo, manifestando obrigações auto impostas de agir para a paz e contra qualquer tipo de propaganda de guerra (BECKER, 2004).

Nessa toada, Kempf defende pensar o jornalismo de paz como um processo em duas etapas (2003; p.115). Na primeira, adequada para a fase "quente" dos conflitos, a cobertura deveria ser voltada para limitar a intensificação, enquanto a segunda fase só entraria em vigor a partir do fim da fase quente, com a implantação de uma abordagem orientada a soluções do confronto.

Essa mesma dinâmica seria adotada na cobertura das crises e emergências humanitárias decorrentes de desastres, de conflitos ou de sua colisão. No momento da ruptura com a normalidade, bastante abrupta no caso dos desastres, as primeiras notícias são cruciais e influem tanto na formação da opinião pública quanto na abordagem posterior a ser adotada pela imprensa. A consolidação da segunda etapa, de acordo com o teórico, só é possível quando as vozes que pedem por moderação não são mais automaticamente percebidas como hostis.

A cobertura que ativamente procura soluções pacíficas deve também ser introduzida e apoiada por outros atores sociais engajados na consolidação e manutenção da paz. Para tal, Kempf adverte que os jornalistas não devem, prematuramente, descartar as ferramentas tradicionais do jornalismo, embora uma revisão acerca do conceito de objetividade seja urgentemente necessária. "Radicalmente ignorar a demanda pela objetividade não apenas coloca em risco a aceitação do jornalismo de paz

pela comunidade profissional como também arrisca a confiança conquistada até o momento" (KEMPF, 2007; p.7).

Há certa ingenuidade em condenar a mídia por não transparecer a verdade ou reportar fatos imparcialmente. Na abordagem do psicólogo austríaco, a principal crítica à imprensa diz respeito a dissimulação sistemática de certos fatos e no potencial de intensificação que se apresenta a partir da atribuição de significados que traduzem as informações divulgadas e ocultas em uma narrativa “compreensível” ao público, criando uma representação midiática deturpada da realidade. Shinar (2007) também avalia as normas profissionais como necessárias, mas ressalta sua insuficiência em garantir a prática de um jornalismo de qualidade e uma forma mais construtiva de cobrir conflitos.

Crítico do conceito, Thomas Hanitzsch (2007) questiona se o jornalismo de paz não seria um "velho vinho em novas garrafas" ao argumentar que uma realidade midiaticamente enviesada também não possui os recursos necessários para atingir os objetivos propostos. Para o alemão, professor de comunicação, mesmo as propostas ampliadas a partir do postulado de Galtung possuem uma "perspectiva individualista e voluntária excessiva, sugerindo que os jornalistas só precisam mudar suas atitudes e comportamentos e, como resultado, produzirão uma cobertura de conflitos que engloba os valores do jornalismo de paz" (2007; p. 5).

No entanto, Kempf rebate esse pensamento com o argumento de que a aplicação do conceito não é tão simples quanto Hanitzsch imagina, quando assevera que o necessário é apenas "mais qualidade no jornalismo" (HANITZSCH, 2005). Em consonância com Shinar, a produção de um bom jornalismo, de acordo com Kempf, requer conhecimento, competências e qualificações que vão além do treinamento obtido tradicionalmente a fim de possibilitar que os jornalistas tenham as ferramentas adequadas para desconstruir as percepções equivocadas da realidade.

A partir de um contraponto crítico acerca das possibilidades práticas do jornalismo de paz, o alemão Robert Hackett conduziu uma série de estudos experimentais (2006) e constatou as quatro principais barreiras para a aplicação do conceito:

- Dificuldades em construir a paz como uma narrativa atraente;
  - O viés nacionalista de grande parte da mídia em todo o mundo;
  - As conexões ideológicas e estruturais entre os veículos de comunicação e os Estados;
  - A arraigada dominância da mídia e dos Estados nas relações de desigualdade.
- (HACKETT, 2009; p. 5. Tradução da autora)

Mesmo frente a esses desafios, Hackett sinaliza a existência de diversas brechas no sistema produtivo, a partir das quais seria possível praticar e promover formas diferentes e experimentais de se fazer jornalismo. Como o caso do jornalismo humanitário, campo que emergiu da necessidade – também – de aprimorar a cobertura dos conflitos humanos, situações de risco, tragédias, crises e emergências humanitárias que vêm se desenrolando desde o final do século passado e se estendem até a década atual.

Principal referência acerca do tema, o professor Martin Scott, do Centro de Mídia e Desenvolvimento Internacional, da Escola de Desenvolvimento Internacional (DEV) da Universidade East Anglia, defende que o jornalismo humanitário pode ser compreendido a partir de três definições: o jornalismo que cobre crises humanitárias e seus atores; notícias que adotam ética humanitária; e notícias como práticas humanitárias (SCOTT, 2017, online). O autor e as demais fundadoras do projeto Humanitarian Journalism, Mel Bunce (City, University of London) e Kate Wright (Edinburgh University), encontram a fundamentação do conceito na união de boas práticas jornalísticas com os princípios do humanitarismo, cujo foco se mantém não no conteúdo das notícias, mas na percepção dos próprios profissionais sobre o propósito social de seus trabalhos.

Regulamentado pelo direito humanitário internacional, o humanitarismo por vezes pode ser confundido com o termo humanismo de modo equivocado. Enquanto o humanismo se deriva do movimento intelectual europeu difundido no período da Renascença com foco no entendimento e aprimoramento do homem, o humanitarismo tem como missão social o bem-estar da humanidade. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV, 2019, online), uma das principais organizações humanitárias do mundo, adota como definição do termo "o fornecimento independente, neutro e imparcial de assistência a vítimas de conflitos armados e desastres naturais".



Com base nessa noção, o jornalismo humanitário de Scott (2017) se norteia pelos princípios de independência e neutralidade ao mesmo tempo em que reforça uma atuação mais ativa da mídia para equalizar conflitos, dando espaço para discussões sobre possíveis soluções ou voz para os que até então não a tinham; princípios estes que vão ao encontro do postulado do jornalismo de paz de Shinar e Kempf. O jornalismo humanitário, então, pode ser compreendido "de acordo com um entendimento mais abrangente do humanitarismo: como uma ética da bondade, benevolência e simpatia estendida universalmente e imparcialmente a todos os seres humanos" (SCOTT, 2017, online). Com essa abordagem, Scott se distancia de autores que tendem a reduzir o novo campo a mera "cobertura de desastres humanitários" (COOPER; COTTLE, 2014) ou a uma concentração "temática principal envolvendo organizações humanitárias e eventos humanitários" (POWERS, 2012).

Considerando a cobertura da mídia como ponto de tensão crucial, Scott (2018, online) questiona o porquê de algumas facetas do sofrimento humano pautarem as coberturas jornalísticas e outras não. O autor segue essa linha de pensamento e pergunta o que estaria moldando "a toada das notícias humanitárias" (SCOTT, 2018, online). Estudos no campo do jornalismo humanitário revelam que um pequeno número de crises "high profile" ocupam grande parte da cobertura noticiosa, enquanto outras seguem marginalizadas, apesar de suas proporções.

A partir dessas pesquisas, Scott afirma que o volume de matérias e a atenção conferida pela mídia não estão intimamente correlacionados com a gravidade das crises ou o número de pessoas afetadas, mas sim com a importância geopolítica e proximidade cultural com a opinião pública hegemônica Ocidente/Norte. Por essa razão, segundo Scott (2018), o jornalismo humanitário advoga para desconstruir os preceitos sectários arraigados nos critérios de noticiabilidade com o intuito de conceder espaço para a pluralidade de vozes, contribuindo para a constituição de uma representação midiática mais próxima da realidade.

O ciclo de vida dos deslocamentos internos por desastres configura um grande desafio não só para o levantamento e compilação dos dados sobre o número de atingidos e o tempo da perpetuação das violações dos direitos humanos, mas também

para a busca de caminhos na junção do jornalismo humanitário com o de paz, comumente aplicado em cenários de guerras e conflitos armados.

Há duas possíveis explicações para isso. A primeira refere-se à ausência de medidas que acompanhem esse tipo de migração ao longo do tempo, sejam elas provocadas pelas próprias ocorrências, inundações, ciclones, terremotos, deslizamento de terra, sejam por ações de redução de riscos de desastres (RRD) que visavam salvaguardar a vida das populações em áreas com setores de riscos elevados (VICTOR, 2019). Após o deslocamento de suas casas, seus vilarejos ou cidades, os deslocados internos por desastres tendem a se tornar invisíveis para parte da mídia, materializando a máxima de que os “desastres acontecem para uma determinada comunidade quando a última emissora se retira de cena”.

A segunda explicação estaria no entendimento de quem seriam os culpados pelas crises humanitárias desencadeadas por conflitos e por aquelas decorrentes de desastres. Na primeira, é possível materializar um culpado, seja ele o Estado, um grupo terrorista ou o sistema econômico, social e político. No caso dos desastres, o culpado tem sido a natureza, presente em manchetes com expressões como “chuva mata”, “chuva deixa estragos”, “chuva devasta”, repetindo o mesmo com outros fenômenos, como ciclone, inundação, terremoto, seca, entre outros. Essa interpretação da natureza como culpada pelos desastres, fenômeno estudado como “naturalização dos desastres”, amputa ou inibe a discussão sobre uma crise humanitária que tem atingido sobretudo as minorias, estatísticas da iniquidade social que, na acepção da sociedade de risco (BECK, 2011), são as principais vítimas não dos fenômenos naturais, isoladamente, mas de sua colisão com a injustiça social.

Sem o reconhecimento de que a dignidade da pessoa humana vítima de desastres foi violada antes mesmo dessas ocorrências, retarda-se o reconhecimento do dano social historicamente construído e, conseqüentemente, as lutas por reconhecimento capazes de orientar a evolução moral da sociedade, focada na justiça, na inclusão e na igualdade (HONNETH, 2003).

Como os desastres associados ou desencadeados por fenômenos naturais se repetem nas mesmas localidades, regiões e países considerados suscetíveis a essas ocorrências, as narrativas de naturalização do problema contribuem para que a cobertura

jornalística das crises humanitárias decorrentes de desastres tenham de enfrentar, antes mesmo de ser pauta, a fadiga da compaixão, conceito criado na área da saúde, na década de 1990, por Carla Joison (1992), e ressignificado no campo do jornalismo por Susan Moeller (1999). Nesse sentido, a cobertura jornalística amparada na naturalização dos desastres, considerados normais ou inevitáveis, banaliza essas tragédias, invisibiliza e prolonga o sofrimento humano de vítimas da colisão dos fenômenos naturais adversos com a injustiça social - um desafio para a prática e os estudos no campo do jornalismo humanitário e de paz.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, Z. *Babel: entre a incerteza e a esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

CARE [Cooperative for American Remittances to Europe]. *Suffering in silence: the 10 most underreported humanitarian crises of 2017*. Care, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/nMGRN3>.

GALTUNG, J. *Peace Journalism: What, Why, Who, How, When, Where*, paper presented at the workshop 'What are Journalists for?', TRANSCEND, Taplow Court, UK, 3–6 September. 1998.

GALTUNG, J. *The task of peace journalism*. Ethical perspectives, n. 7, 2000. Disponível em: <http://www.ethics.be/ethics/viewpic.php?LAN=E&TABLE=EP&ID=141>.

HACKETT, R.A. *Is Peace Journalism Possible? Three Frameworks for Assessing Structure and Agency in News Media*, Conflict and Communication Online. 2006. Disponível em: [www.cco.regener-online.de](http://www.cco.regener-online.de).

HACKETT, R.A.; R. Gruneau. *The Missing News: Filters and Blind Spots in Canada's Press*. Ottawa and Toronto: Canadian Centre for Policy Alternatives (CCPA)/Garamond. 2000.

HANITZSCH, T. *Journalists as Peacekeeping Force? Peace Journalism and Mass Communication Theory*, Journalism Studies 5(4): 483–95. 2004a.

HANITZSCH, T. *Situating Peace Journalism in Journalism Studies: A Critical Appraisal*, Conflict and Communication Online. 2007. Disponível em: [www.cco.regener-online.de](http://www.cco.regener-online.de).

HANITZSCH, T. *The Peace Journalism Problem: Failure of News People – or Failure of Analysis?*. In T. Hanitzsch et al. (eds) *Public Communication and Conflict Resolution in an Asian Setting*. Jakarta: Friedrich Ebert Stiftung, 2004b.

HONNETH, A. *Lutas por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

IDMC – Internal Displacement Monitoring Centre. 2018. *Global Report on Internal Displacement 2019*. Joinson C. *Coping with compassion fatigue*. *Nursing*. 1992. [Apr. 22]:116-120.

KEMPF, W. *Constructive Conflict Coverage: A Social-Psychological Research and Development Program*. *Conflict and Communication Online*. 2003. Disponível em: [www.cco.regener-online.de](http://www.cco.regener-online.de).

KEMPF, W. *News Media and Conflict Escalation: A Comparative Study of Gulf War Coverage in the US and Europe Media*. In: S.A. Nohrstedt and R. Ottosen (eds) *Journalism and the New World Order: Gulf War, National News Discourses, and Globalization*. Göteborg: NORDICOM, 2000.

ONU. *Final research-based report of the Human Rights Council Advisory Committee on best practices and main challenges in the promotion and protection of human rights in post-disaster and post-conflict situations*. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/A\\_HRC\\_28\\_76\\_en.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/A_HRC_28_76_en.pdf).

PEREIRA JUNIOR, A.E.V. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

RAPOPORT, D. C. *The Four Waves of Modern Terror: International Dimensions and Consequences*. In: *An International History of Terrorism: Western and Non-Western Experiences*, edited by Jussi M. Hanhimaki and Bernhard Blumenau, 282-310. New York: Routledge, 2013.

SCOTT, M. *What makes news humanitarian? The dilemmas of reporting on suffering*. In: *Public Media Alliance*. Maio de 2017. Disponível em: <https://www.publicmediaalliance.org/what-makes-news-humanitarian/>.

SCOTT, M; BUNCE, M; WRIGHT, K. 2018. *The state of Humanitarian Journalism*. Norwich, England: University of East Anglia. Disponível em: [http://humanitarian-journalism.net/wpcontent/uploads/2018/10/7\\_Humanitarian-News-Report.pdf](http://humanitarian-journalism.net/wpcontent/uploads/2018/10/7_Humanitarian-News-Report.pdf).

SHINAR, D. *Peace journalism: the state of the art*. In: SHINAR, D; KEMPF, W. (eds.) *Peacejournalism: the state of the art*. Berlin: Regener (forthcoming), 2007.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*, 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

UNESCO. **Manyvoices one world**: towards a new, more just, and more efficient world information and communication order. Londres: Kogan Page, 1980. 312 p. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000040066>>.

UNHCR [Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados]. Global Trends. Forced Displacement in 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/globaltrends2019/>

UNOCHA [Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários]. Global Humanitarian Overview 2020 United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2019. Disponível em: <https://www.unocha.org/sites/unocha/files/GHO2020.pdf>.

VICTOR, C. Periodismo y reducción de riesgos de desastres: un passo más allá de la tragedia anunciada. In: Márcia Franz Amaral; Carlos Lozano Ascenio (Org). Periodismo y Desastres -Múltiples Miradas. 1ª ed. Barcelona: Editorial UOC, 2019, v.1, p. 165-184, 2019

VICTOR, C. *Crise humanitária e os refugiados da guerra e do clima*: dos protocolos internacionais às narrativas jornalísticas. *Líbero (FACASPER)*, v. 19, p. 45-62, 2016.

ZELIZER, B. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. *Comunicação & Linguagens*, 27, 33-61, 1993.